SUMÁRIO

PARTE I – TONS E SEMITONS

Capítulo 1

BATE-PAPO DE DIREITO ADMINISTRATIVO 23

1. Desafio 23
2. A cultura comum que está nos livros 25
3. Algumas categorias iniciais 27
4. Noções que inovaram 29
5. Soluções práticas do direito positivo 29
6. Ideias gerais transeuntes 30
7. Leis que fazem nossa cabeça 31
8. Ao nascer, um regime jurídico 32
9. Direito especial, oposto ao privado 34
10. Direitos legislado, acadêmico e profissional 34
11. Administrativistas como personagens 35
12. Cuidado com esses personagens! 36
13. O que mais há em nossas cabeças? 38
14. O que advogados administrativistas temem? 39
15. Caixa de ferramentas 41
16. Que normas nos importam? 43
17. Vem da Constituição 43
18. Vem dos princípios 44
19. Vem dos regulamentos 45

20. Por que divergimos sobre a legalidade? 47
21. Mais para cá ou para lá? 48
22. Variação, divergência e cultura comum 51

Capítulo 2

ANATOMIA SENTIMENTAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO 55
1. Personagens da Ordem dos Administrativistas 55
2. Aspirações de nobreza 57
3. Surpreendente diversidade 61
4. A mentalidade do Estado administrativo 63
5. Modernização autoritária 66
6. Ciência e direitos dos administrados 71
7. Deslocamentos 78
8. Democracia, privatização e gestão 83
9. Outro estilo 89

Capítulo 3

DIREITO ADMINISTRATIVO: ODISSEIA BRASILEIRA 93
1. Autoritarismo (1964 a 1985) 93
2. Transição (1985 a 1994) 97
3. Reforma (1995 a 2007) 108
4. Desarranjo (a partir de 2008) 116
5. Vagamundos 123

Capítulo 4

DIREITO ADMINISTRATIVO? O QUE SERIA? 127
1. Funções da teoria 127
2. Práticos 128
3. Pensadores 129
4. Racionalismo sem empirismo? 131
5. Modelo único? 132
6. Invariável? 134

7. Ciência universal? 137
8. Um ramo? 138
9. Imutável? 140

PARTE II – MIRAGENS

Capítulo 5

DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE NÃO É? 145
1. Autonomia? 145
2. Um dogma? 147
3. O dogma e seus princípios 148
4. Uma oposição? 152
5. Uno e harmônico? 154
6. Das prerrogativas? 154
7. Sem relações horizontais? 156
8. Insuficiente? 159
9. Autoritário? 161
10. Invertido? 163
11. Critério da jurisdição? 164
12. Também no Brasil? 165
13. Guerreiro? 166
14. Antítese? 169
15. Estatista e antiliberal? 170
16. Qual a opção da Constituição? 172
17. Juristas contra a eficiência 176
18. E a gestão pública? 177
19. Juristas cordiais 179

Capítulo 6

FICÇÃO OU CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO? 183
1. O princípio 183
2. Uma ideia 186

3. De ideia a ofício 186
4. Provérbios 187
5. Não é sobre princípios científicos 191
6. Existe um critério? 191
7. Princípios científicos ou retalhos? 193
8. Ciência ou convenção? 193
9. A teoria não precisa de sistema 196
10. Do tubo de ensaio para o mundo da ciência? 197
11. Do jurista intérprete para o aplicador 198
12. Princípios nos manuais: normas em prosa 199
13. Princípios do ordenamento? 201
14. O que fazer com eles? 204
15. O fim 205

PARTE III – CROMATISMO

Capítulo 7

DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE É? 211

1. Desencaixado 211
2. Caixa de ferramentas 213
3. Reforço normativo ao pluralismo 215
4. Estatutário 218
5. Composição homogênea? 219
6. Contradição? 220
7. Ideia fora de lugar? 222
8. Comum 222
9. Anacronismo? 224
10. Confederação assimétrica 225
11. Global mais parcial 226
12. Mescla 227
13. Núcleo conceitual 230
14. Sem unificação processual 230
15. Sem unificação organizacional e funcional 231

16. Sem unificação substantiva 232
17. Sem padrão geral 233
18. Homogeneização e dispersão 234
19. No controle de constitucionalidade 235
20. Na Justiça 235
21. Na legislação 236
22. Eclético, disperso e plural 237

Capítulo 8

HIPERTROFIA CONSTITUCIONAL E DOS CONTROLES PÚBLICOS NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO 239

1. Inchaço constitucional 239
2. Inflação constitucional 240
3. Constitucionalização sem estabilidade constitucional 242
4. Enrijecimento geral da ordem jurídica 243
5. Incompletude normativa 244
6. Desafios com os controles públicos 246
7. A jurisdição constitucional 247
8. Controle judicial ordinário 249
9. Os controladores de contas 255
10. Conclusão 257

Capítulo 9

PRINCÍPIO É PREGUIÇA? 259

1. Contra a farra dos princípios 259
2. Princípios: indeterminação normativa extrema 263
3. Como achar normas dentro de princípios? 264
4. Princípios que são normas principais 265
5. Voltando aos princípios que são normas iniciais 266
6. A moda dos princípios no direito público 269
7. Por que tanta indeterminação nos textos normativos? 269
8. Jogos de poder em torno de princípios 270
9. Princípios como armas de espertos e de preguiçosos 271

10. Divisão de competências para aplicar princípios 273
11. Nem sempre a competência é dos juízes 273
12. Mas cabe aos próprios juízes a autolimitação..... 274
13. Critérios jurisprudenciais restritivos e afirmativos da competência judicial 275
14. A competência judicial para criar soluções usando princípios não se presume..... 277
15. Uma peculiaridade dos conflitos do mundo privado..... 278
16. Conflitos do mundo público envolvem relações institucionais..... 279
17. A máquina administrativa também tem qualidades para operar o Direito..... 280
18. Os juízes têm o ônus de fundamentar sua competência 281
19. O poder que a lei delega ao juiz e o poder que o juiz quer tomar do legislador..... 281
20. O ônus da competência nos conflitos distributivos..... 282
21. Caso em que o Judiciário é especialmente responsável..... 283
22. Atenção: normas judiciais podem não ser fáceis de mudar 284
23. Usando princípios para julgar nas nuvens..... 286
24. Usando princípios para não decidir ou não motivar..... 288
25. Usando bons princípios para ignorar a lei 290
26. Os juízes têm o ônus do regulador 291
27. Controles públicos precisam de limites 292

Capítulo 10

ADMINISTRAR É CRIAR? 295

1. Serão as leis a alma do direito administrativo?..... 295
2. As administrações não são braços mecânicos do legislador 299
3. Por que a ideia do braço mecânico ainda é forte no Brasil?..... 301
4. As leis não são a única fonte do direito administrativo..... 305
5. As administrações também se tornaram fonte de normas 307
6. A ação normativa das administrações é compatível com o Estado de Direito..... 308
7. A ação normativa do Estado está se aprofundando 310
8. Não está havendo deslegalização..... 312
9. Está havendo uma intensificação normativa 313

10. Cresceu a interação do Executivo com o Legislativo 315
11. Estamos na era da concorrência normativa 316
12. No que tudo isso afeta os administrativistas? 317
13. Graus de vinculação administrativa ao legislador 317
14. Primazia da lei 318
15. Genérica dependência de lei para as administrações 319
16. Reservas específicas de lei 321
17. Adequação entre leis e normas administrativas 323
18. Que modalidade de norma legal pode habilitar o regulamento? 324
19. Regulamento como condição de aplicabilidade da lei? 325
20. Dever regulamentar 326
21. Cada norma regulamentar em sua individualidade 327
22. O poder de legislar é delegável ao regulamento? 328
23. A lei pode autorizar regulamentos? 329
24. Regulamentos executivos x regulamentos autorizados 330
25. Qual é o mínimo de conteúdo para a lei ser suficiente? 331
26. O debate sobre a constitucionalidade dos regulamentos autorizados 337
27. Regulamentos autorizados legitimados pela experiência 339
28. Mas é preciso defender também o espaço da lei 341
29. Conclusão 342

Capítulo 11

COMO O PROCESSO ENTROU NO DIREITO ADMINISTRATIVO? 345
1. Engrenagens do modelo brasileiro 345
2. Diferentes soluções de engenharia normativa 346
3. Opção pelo minimalismo 349
4. Os porquês da opção legal brasileira 351
5. O impulso que gerou as leis brasileiras 353
6. Peculiaridade brasileira na legislação contenciosa 354
7. Desenvolvimento institucional e leis de processo 356
8. Para quê discutir conceitos de processo? 358
9. Questões terminológicas: processo ou procedimento? 358
10. O legislador brasileiro fugiu dos conceitos 360

11. Para que classificar tipos de processo? 361
12. O caso dos processos sancionadores 362
13. O caso dos processos competitivos 364
14. O caso dos processos normativos 364
15. Conclusão 365

PARTE IV – HORIZONTES

Capítulo 12

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PRECISAM EVOLUIR? 369
1. Mais mudanças no direito administrativo? 369
2. Processo administrativo, figura central? 371
3. Aprendizado recente com normas administrativas com caráter geral 374
4. Processos administrativos sancionadores e o problema das prescrições corrente e intercorrente 377

Capítulo 13

ADMINISTRAÇÕES E CONTROLES: UM NOVO EQUILÍBRIO? 399
1. Introdução 399
2. Lendo leis de outro modo 402
3. O interesse público nas mãos das administrações 405
4. A autoridade administrativa na Justiça 408
5. O interesse público nas mãos da Justiça e de quem acusa 416
6. Conclusão: um direito mais que administrativo? 422

Capítulo 14

BALANÇO DO DIREITO ADMINISTRATIVO DAS PARCERIAS ECONÔMICAS 423
1. Introdução 423
2. Parcerias público-privadas empresariais 423
3. Parcerias público-privadas contratuais 426
4. Tendências e desafios em aberto 439

Capítulo 15

DESIGN NORMATIVO NO DIREITO ADMINISTRATIVO 445

1. Inovações com normas 445
2. Acadêmicos práticos 446
3. Design normativo não é simples redação 449
4. Diagnosticar 450
5. Conceber solução inovadora 452
6. Tentativa de texto normativo 454
7. Interação em busca de um texto final 455

Capítulo 16

DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE HÁ DE SER? 457

1. Captar o novo 457
2. Reformas possíveis 459
3. *Clips, clics* e negócios públicos 463
4. Semipublicismos 465
5. O polipublicismo 469
6. O hipo-administrativismo 472